

# INTERTEXTUALIDADE E LITERATURA LATINA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E GERAÇÃO DE SENTIDOS<sup>1</sup>

Patricia Prata

Universidade Estadual de Campinas

pprata@iel.unicamp.br

O que foi é o que será.  
O que foi feito será refeito:  
nada de novo sob o sol  
(*Ecles. I, 9*)

## RESUMO

Pretendemos, neste artigo, apresentar a teoria intertextual, suas origens e desenvolvimento, no âmbito dos Estudos Clássicos. Assim, nossos objetivos são discutir os pressupostos teóricos de tal teoria, aplicados especificamente à literatura latina, bem como apresentar seus atuais desdobramentos. Partiremos do artigo fundador de Pasquali, intitulado “Arte Allusiva”

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito em homenagem ao saudosíssimo Alexandre Prudente Piccolo (*in memoriam*). Alexandre foi meu aluno de pós-graduação e mais de uma vez meu orientando no Programa de Estágio Docente (PED). Acabamos nos tornando grandes amigos e companheiros acadêmicos, participamos de vários grupos de pesquisa em comum, expusemos em muitas ocasiões trabalhos juntos em eventos científicos, dado a afinidade de nossos temas de pesquisa. Alexandre gostava muito da teoria intertextual, a utilizava em suas análises e leituras; era membro ativo do Grupo de Pesquisa Intertextualidade na Literatura Latina (CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Sérgio de Vasconcellos e por mim. A última atividade do Grupo de Pesquisa de que Alexandre participou foi a tradução e revisão de textos fundamentais sobre o tema da intertextualidade no âmbito dos Estudos Clássicos, que compoem a antologia que o Grupo está organizando, textos de Pasquali (1968 [1942]), Conte (2012), Fowler (2000), Barchiesi (1997) e Wills (1996). Desse modo, como forma de prestar minha homenagem a uma pessoa tão querida, organizo informações relativas à teoria intertextual, suas origens e desenvolvimento no âmbito dos Estudos Clássicos, partindo das discussões dos autores acima referidos. Tais informações foram compiladas da discussão teórica que traçamos em nossa tese de doutoramento, mais especificamente no capítulo I, intitulado “A arte intertextual e a literatura latina” (para referência completa da tese, ver bibliografia). Aproveitamos também para agradecer imensamente o Prof. Dr. Paulo Sérgio de Vasconcellos, que foi meu orientador de mestrado e doutorado, bem como leitor e revisor deste artigo que ora vem à luz. Agradecemos também à Fapesp pelo fomento da pesquisa realizada durante o doutorado, da qual publicamos parte.

(1968[1942]), passando por Don Fowler (2000) e Barchiesi (1997), com o intuito de mostrar o caminho que trilhou tal ponto de vista teórico desde o filólogo italiano.

**Palavras-chave:** Intertextualidade; Literatura Latina; Teoria; Geração de sentidos.

#### ABSTRACT

One intends, in this paper, to present the intertextual theory, its origins and development, within the Classical Studies. Thus the aim is to discuss the theoretical assumptions of such theory, applied specifically to the Latin literature, as well as to present its current developments. One departs from the Pasquali's founder paper, entitled "Allusive Art" (1968[1942]), as well as those of Don Fowler (2000) and Barchiesi (1997), aiming to demonstrate the path followed by this view proposed firstly by the Italian philologist.

**Key-words:** Intertextuality; Classical Studies; Latin Literature; Theory; Meaning generation.

#### INTRODUÇÃO

Os estudos intertextuais vêm ganhando cada vez mais espaço no campo dos Estudos Clássicos, mais especificamente nos que são relativos à literatura latina, a despeito das controvérsias teóricas que possam surgir. Tais controvérsias dizem respeito ao caráter de tal procedimento literário, o que gera discussões com relação a qual terminologia seria melhor para caracterizá-lo, nomeá-lo.

Desse modo, teceremos alguns comentários sobre o que vem a ser intertextualidade e quais as implicações e consequências de tal conceito no âmbito dos Estudos Clássicos. Gostaríamos de começar apresentando uma crítica severa de David West (1995) a essa teoria. Para ele, a intertextualidade não tem uma base teórica que possa nos ajudar a entender os textos, pois, como o estudioso comenta com relação ao campo dos estudos da literatura latina, ela não produz conhecimento novo:

Ainda estou convencido de que há muito trabalho teórico moderno que não tem nos ajudado em nada a entender os textos...vejam o caso da intertextualidade. No estudo da literatura latina, não produziu conhecimento novo, mas novos termos para descrever velhas práticas e, com eles, nada além de obscuridade e banalidade, uma escrita pretensiosa, além de uma leitura penosa. Meu conselho aos jovens seria jogar fora a teoria e voltar ao trabalho concreto com os textos, os monumentos, os objetos supérstites, a evidência.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> "I am still convinced that a fair amount of modern work with a theoretical basis has not helped us in any way to understand the texts... take intertextuality. In the study of Latin literature this has not produced new knowledge, but new terms to describe old practices, and with these terms nothing except obscurity and banality, pretentious writing and penitential reading. My advice to the young would be to cast out theory, and get down to real work on the texts, the monuments, the surviving objects, the evidence" (WEST, D. *Cast out theory*. Classical Association Presidential Address, 1995, pp. 16-17, apud Fowler, 2000, p. 115).

Para nos situarmos melhor na discussão de West e podermos, juntamente com Don Fowler (2000) e Barchiesi (1997), rebater suas críticas, abriremos um parêntese para mostrar e discutir os termos que antes eram usados para caracterizar algo que se apresenta e parece caracterizar a literatura latina: a *imitatio* de um modelo, a presença deste em sua composição, como bem atentou Camões ao iniciar seu épico “As armas e os barões assinalados”, que nitidamente ecoa o épico virgiliano *Arma uirumque cano*, filiando-se assim a uma tradição.

## 1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O termo *imitatio*,<sup>3</sup> muito utilizado pelos autores latinos e teóricos da retórica clássica para caracterizar o procedimento literário que está na base da literatura latina, a retomada de modelos que fazem parte de uma mesma tradição literária, pode dar margem a interpretações errôneas por criar uma possível confusão com o ato de plágio ou por ser entendida, num primeiro momento, como uma simples imitação, realizada por falta de “engenho” do escritor, graças ao sentido pejorativo que tomou conta do termo ao longo do tempo. Afora isso, o termo contempla mais o sentido emulativo do que o caráter gerador de sentidos desse recurso, “uma vez que as ‘imitações’ eram vistas como forma de rivalizar com os predecessores, bem como ornamentos que engrandeciam a obra e homenageavam os autores considerados dignos de citação” (PRATA, 2002, pp. 31-32).

Pasquali, em seu artigo intitulado “Arte Allusiva”, publicado inicialmente em 1942,<sup>4</sup> considera o termo alusão mais propício à caracterização do processo imitativo, pois não carrega o sentido pejorativo encerrado no termo imitação:

A tradução do capítulo 5 do livro intitulado *Roman Constructions* de Don Fowler, 2000, pp. 115-13 (para referência completa, ver bibliografia) foi realizada por Francisco de Fátima da Silva. Participaram da revisão da tradução (por ordem alfabética): Alexandre Hasegawa, Alexandre Prudente Piccolo, Beethoven Alvarez, Brunno V. G. Vieira, Carol Martins da Rocha, Danielle Chagas de Lima, Erika Werner, Gabriela Orosco, José Eduardo Lohner, Lilian Nunes da Costa, Mariana Pini Fernandes, Natália Cristina Grosso, Patricia Prata, Paulo Sérgio de Vasconcellos, Raquel Faustino, Talita Janine Juliani. Tal tradução constará do livro comentado na primeira nota deste artigo.

<sup>3</sup> Em nosso trabalho de Mestrado (mais especificamente no Cap. I – “O jogo alusivo”, para referência completa, ver bibliografia), aprofundamos a discussão sobre o ato de plágio e o processo criativo da *imitatio*, bem como da alusão e arte alusiva, procurando demonstrar suas diferenças e características. Publicamos a discussão mais aprofundada desses conceitos no texto PRATA, P. ‘Arte Alusiva’ e o Desdobramento da Teoria Intertextual nos Estudos Clássicos. In: *Anais do II Encontro de Estudos Clássicos da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015. v. 1, pp. 142-151.

<sup>4</sup> A edição do artigo que tenho em mãos data de 1968 (para referência completa ver bibliografia).

(...) na poesia culta, douda, eu procuro o que, de alguns anos para cá, não chamo mais reminiscências, mas alusões e, de bom grado, diria evocações e, em certos casos, citações. As reminiscências podem ser inconscientes; as imitações, o poeta pode desejar que escapem ao público; as alusões não produzem o efeito desejado senão sobre um leitor que se recorde claramente do texto a que se referem.<sup>5</sup>

Para o autor, o termo alusão, isento de qualquer sentido pejorativo, elimina as possíveis confusões que possa haver com o uso do vocábulo imitação, bem como o caráter involuntário que carrega o termo reminiscências. Tal termo põe em foco o jogo que se estabelece entre o texto alusivo e seus modelos, o qual, segundo o filólogo italiano, é produzido intencional e conscientemente pelo autor e só pode entrar em funcionamento quando as alusões são percebidas pelo leitor capaz de decodificá-las. O termo alusão, então, traz para o centro da cena o autor e o leitor, mas não qualquer leitor, e sim um leitor-decodificador. Segundo comentário de Vasconcellos (2001, p. 28): “(...) as alusões pressupõem a presença de um leitor que seja capaz de identificá-las para entrarem em funcionamento, pois, somente por intermédio dele, conseguirão produzir o efeito desejado - remeter o leitor ao texto evocado”.

Esse papel ativo do leitor, bem como do autor, no funcionamento do processo alusivo também fica evidente na caracterização que Pasquali propõe *en passant* dos processos de alusão e de evocação. Como vemos no excerto acima, o filólogo italiano aproxima as alusões das evocações e das citações; não definindo, contudo, cada um desses termos, apenas diz que “a alusão é o meio; a evocação, o fim” (1968, p. 276). Podemos divisar a definição de ambos os termos pelo comentário feito por Pasquali antes de chegar a tal conclusão sobre a presença do procedimento alusivo não só na literatura como também em todas as artes.<sup>6</sup> Para ele, a alusão é um processo que resulta na evocação percebida pelo leitor, o que deixa evidente a presença fundamental

<sup>5</sup> “(...) in poesia culta, dotta io ricerco quelle che da qualche anno in qua non chiamo più reminiscenze ma allusioni, e volentieri direi evocazioni e in certi casi citazioni. Le reminiscenze possono essere inconsapevoli; le imitazioni, il poeta può desiderare che sfuggano al pubblico; le allusioni non producono l'effetto voluto se non su un lettore che si ricordi chiaramente del testo cui si riferiscono”. (PASQUALI, 1968, p. 275). A tradução do artigo de Pasquali foi realizada por Alexandre Prudente Piccolo e Lucy Ana de Bem a partir do texto italiano publicado em 1968. A revisão técnica foi realizada pelos professores Brunno Vieira, Patricia Prata, Paulo Sérgio de Vasconcellos e pela doutoranda Danielle Chagas de Lima. Os professores Francisco de Fátima da Silva e Alexandre Hasegawa contribuíram com sugestões de tradução e redação.

<sup>6</sup> Para demonstrar tal afirmação, o classicista faz uso de exemplos: um pintor moderno que coloca, por exemplo, numa paisagem que recorda os grandes impressionistas franceses, um personagem moderno, nesse momento, *alude*; um arquiteto, como continua o autor, ao construir um edifício público original *alude*, mas aquele que percebe que se fez alguma alusão ao desenhá-lo, pode-se dizer *evoca* (os grifos são meus).

do leitor, e também do autor, uma vez que a alusão é estabelecida, criada intencionalmente pelo autor.<sup>7</sup>

Pasquali, entretanto, não salienta em seu artigo, como comenta Vasconcellos, “o aspecto crucial da ‘arte alusiva’ que é a criação de sentido”, mas mostra-se “ciente da importância do intertexto criado pela alusão, que não é mero adorno, mas integra a significação” (2001, pp. 30-31 e 29, respectivamente). Em um breve comentário aos versos 621 e 622 do canto VI da *Eneida*, o autor afirma que tal excerto evoca, entre outros, os versos de Vário, conservados nas *Saturnais* de Macrônio (VI, 1, 39) e que Virgílio *intencionaria* que seu leitor percebesse tal alusão: Vário por certo *tinha em mente* Marco Antônio e nele *Virgílio terá desejado* que pensasse seu leitor... (1968, p. 278, os grifos são meus). O filólogo italiano, assim, mostra-se ciente de que a alusão enriquece, por acrescentar outras leituras possíveis, a interpretação do texto. Pasquali, contudo, não discorre em seu artigo sobre todas as implicações do que chamou de “arte alusiva”, pois em suas dez páginas não há a intenção, pela sua estrutura breve, de exaurir o assunto, mas sim de apresentá-lo e começar a discuti-lo: não podemos nos esquecer de que foi ele quem cunhou a expressão “arte alusiva”, largamente acolhida pelos estudiosos da Antiguidade Clássica para denominar o jogo intertextual.

O termo alusão, desse modo, acarreta um problema para os estudiosos da arte intertextual: a intencionalidade do autor. A impossibilidade do acesso direto às intenções de um dado autor,<sup>8</sup> impossível, no caso dos estudos da Antiguidade, pela grande distância de tempo que nos separa dos autores dessa época, leva os classicistas a apresentarem certas ressalvas com relação ao emblema “arte alusiva” para denominar tal processo literário de diálogo entre textos. Para se esquivarem da controversa figura do autor e, principalmente,

<sup>7</sup> A intencionalidade do autor, tal como sugerida pela formulação de Pasquali do conceito de alusão, acarreta um problema também com relação ao leitor, pois este, para o estudioso italiano, deve ser capacitado para reconhecer a alusão *intencionada* pelo autor. Com isso, poderíamos nos perguntar, sugestionados pela discussão que Fowler apresenta na parte final de seu texto “On the shoulders of giants: intertextuality and classical studies” sobre “a questão do direcionamento da referência intertextual” (“...the question of the directionality of intertextual reference”, 2000, p. 129), se o leitor não pode divisar outras alusões, talvez não intencionadas pelo autor, a partir de seu contexto histórico-cultural, de seu conhecimento de mundo, gerado pelas informações a que teve acesso ao longo da vida, entendendo por informações tudo aquilo que faz parte da formação do leitor, incluindo-se aí suas leituras. Sendo assim, podemos ter tantas leituras e interpretações quanto for o número de leitores que têm acesso a uma dada obra, o que tenderia ao infinito. Retomaremos tal discussão abaixo.

<sup>8</sup> Podemos, como Foucault, em sua conferência “O que é um autor?”, proferida na *Société Française de Philosophie* em 22 de fevereiro de 1969 (para referência completa, ver bibliografia), pensar o autor como uma função discursiva e não como um ser vivo, cheio de complexidades, as quais não podem ser abarcadas por nenhum estudo. Adiante discutiremos tal assunto, adentrando um pouco mais na definição do autor como uma função discursiva.

de sua intenção, os estudiosos recorreram a outro termo, intertextualidade, daí “arte intertextual”, trazendo para o foco o que realmente importa em tal jogo: o texto e o leitor, que, através de suas leituras, multiplica as possibilidades interpretativas de um dado texto, e descartando a subjetividade que carrega o termo alusão, por pressupor a intenção do autor.<sup>9</sup>

Como vemos, a noção de intertextualidade parece resolver o problema presente no termo alusão, pois ela aponta somente para “a presença num texto de outro(s) texto(s) por ele evocado(s) e integrado(s) *para produzir significação*” (Vasconcellos, 2001, p. 33),<sup>10</sup> e não para a figura do autor, que parece ter sido descartada. Dessa forma, ao dar foco sobretudo para o texto, ou melhor, para o diálogo entre textos, privilegiando a relação leitor-texto, a intertextualidade elimina a problemática implicação do termo alusão, a subjetividade presente na figura do autor, pois não é ele quem cria e põe em funcionamento o jogo ao aludir de forma consciente e intencional, mas o leitor no momento da leitura. O vocábulo intertextualidade, assim, parece proporcionar um caráter mais objetivo aos estudos intertextuais, uma vez que descarta o que não se pode alcançar: a intenção do autor.

A intertextualidade, contudo, não elimina a figura do autor, apenas muda o ponto de vista relativo a ela: o autor deixa de ser considerado um ser intencional e consciente, o único e verdadeiro detentor do significado do texto, mas sim uma construção, uma função que nasce com o próprio texto e que pode ser verificada em seu sistema.

## 2. OS DESDOBRAMENTOS DA TEORIA INTERTEXTUAL

Depois da breve exposição sobre os conceitos de *imitatio* e alusão (“arte alusiva”), voltamos à crítica de West. Como vemos em seu comentário,

<sup>9</sup> O termo intertextualidade foi utilizado pela primeira vez por Kristeva, em seu ensaio “A palavra, o diálogo e o romance”, (In: *Introdução à semiótica* (1974) – para referência completa, ver bibliografia), escrito a partir de *Problemas da poética de Dostoiévski* e *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* de Mikhail Bakhtin, para caracterizar as noções de dialogismo e polifonia formuladas pelo escritor russo. Kristeva afirma que Bakhtin foi o primeiro a introduzir na teoria literária a noção de que “(...) todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é a absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de *intertextualidade* e a linguagem poética lê-se pelo menos como *dupla*” (1974, p. 64).

<sup>10</sup> Podemos dizer, seguindo a nomenclatura proposta por Genette, em seu *Palimpsestes: la littérature au second degré*, que do diálogo entre o hipertexto (o texto) e os hipotextos (textos evocados) surge o intertexto – os efeitos de sentido gerados por uma leitura não linear, que pressupõe a comparação entre um texto e outros que ele evoca e que cabe ao leitor perceber e interpretar. O autor considera a intertextualidade como “une relation de coprésence entre deux ou plusieurs texts (...) la présence effective d’un texte dans un autre.” (GENETTE, 1982, p. 8).

West renega toda teoria utilizada nos trabalhos modernos relativos à Antiguidade Clássica, mais especificamente, à literatura latina. A noção de intertextualidade apenas exemplifica como é vão servir-se de teorias que, para ele, nada acrescentam; em sua opinião, os estudiosos deveriam trabalhar diretamente com os textos, monumentos, objetos que restaram, enfim, com as evidências. Fowler comenta que o tom dessa crítica é bem familiar para os estudiosos da Antiguidade Clássica (sobretudo, como ele afirma, para os pesquisadores ingleses), pois, ainda que o termo esteja sendo muito utilizado hoje em dia, tanto no âmbito dos estudos clássicos, como em outras áreas de estudo,<sup>11</sup> “nem sempre fica claro o que ela traz consigo que seja novo em comparação com termos concorrentes, tais como “alusão”, e como as práticas de leitura associadas a ela diferem das tradicionais no âmbito dos Estudos Clássicos” (2000, pp. 115-116).<sup>12</sup> Também considera compreensível que alguém que esteja fora desse campo de estudo se admire com o quanto esse conceito aparece domesticado e cultivado nessa área com relação aos seus usos em outros campos. O estudioso afirma serem ambas as críticas até certo ponto justificáveis, pois não há nada de novo e de excitante nas utilizações que os classicistas fazem da intertextualidade, mas aponta que, de uns anos para cá, tem havido uma mudança expressiva na maneira como os estudiosos da Antiguidade Clássica interpretam as semelhanças entre textos.

Como afirma Fowler, os “classicistas sempre se preocuparam com os ‘paralelos’ – com o que vem depois da palavra mágica ‘cf.’” (*id.*, p. 116),<sup>13</sup> uma vez que se privilegia o comentário nessa área de estudo. O problema, segundo ele, é que nunca ficou claro, com os estudos tradicionais, aonde se quer chegar com a constatação de passagens semelhantes, paralelas, uma vez que não se dava foco ao ponto central da atividade: “como os paralelos afetam a interpretação do texto” (p. 116).<sup>14</sup> Para Fowler, somente com o estruturalismo e seu *insight* de que o significado é produzido no sistema do texto, e não de forma isolada, é que o foco mudou para o mecanismo de construção do significado do texto (o qual não é estabelecido pela intenção do autor, mas sim pelo/no sistema textual):

<sup>11</sup> Estendendo um pouco mais o conceito de intertextualidade, esta designa não apenas um mecanismo da linguagem literária, mas também da linguagem em geral, como veremos mais abaixo.

<sup>12</sup> “‘Intertextuality’ is a term much used today, both within classics and more widely, but it is indeed not always clear what it brings with it that is novel in comparison with competing terms such as ‘allusion’, and how the reading practices associated with it differ from those traditional within classical studies”.

<sup>13</sup> “Classicists have always been concerned with ‘parallels’ – with what goes after the magic word ‘cf.’”

<sup>14</sup> “... how the parallels affect the interpretation of the text.”

Não lemos um texto de forma isolada, mas dentro de uma matriz de possibilidades constituída por textos precedentes que funciona como a *langue* em relação à *parole* da produção textual individual: sem esse pano de fundo, o texto seria literalmente ilegível, assim como não haveria possibilidade alguma de ele ter sentido. Ler um texto, então, envolve um processo de duas etapas: uma reconstrução da matriz que lhe dá sentido e a produção desse sentido pelo ato de relacionar textos de partida com textos de chegada. O que se entende por “cf.” agora está claro: os “paralelos” constituem o sistema no qual o texto é lido (p. 117).<sup>15</sup>

Dessa forma, o autor se propõe, na primeira parte de seu artigo, a apresentar a base comum dos trabalhos recentes sobre intertextualidade e suas diferenças com relação às antigas discussões sobre alusão. A alteração dos termos (de alusão, imitação, para intertextualidade) teria provocado mudanças nos pontos de vista dos estudos clássicos no tocante à observação e análise do diálogo que se estabelece entre textos, embora, como comenta Fowler a partir de suas considerações sobre alguns artigos relativos à intertextualidade publicados em um número especial da revista *Materiali e discussioni*,<sup>16</sup> haja entre os praticantes da intertextualidade tanto desacordo quanto acordo.

No quadro abaixo, o autor resume as mudanças que acarretaram as transformações na forma de ver a relação entre textos:

<i>Alusão</i>	<i>Intertextualidade</i>
Na mente do autor	No (sistema de) texto(s)
Individual	Coletiva
Singular	Múltipla
Item acessório	Elemento imprescindível
Característica especial da “literatura”	Característica geral da linguagem e de outros sistemas semióticos

<sup>15</sup> “We do not read a text in isolation, but within a matrix of possibilities constituted by earlier texts, which function as *langue* to the *parole* of individual textual production: without this background, the text would be literally unreadable, as there would be no way in which it could have meaning. To read a text thus involves a two-stage process: a reconstruction of the matrix which gives it meaning, and the production of that meaning by the act of relating source- and target-texts. The rationale of ‘cf.’ is now clear: the ‘parallels’ constitute the system within which the text is read.”

<sup>16</sup> Entre os quais está o artigo de Barchiesi que discutiremos mais abaixo – BARCHIESI, A. Otto punti su una mappa dei naufragi. In: *Materiali e discussioni per l’analisi dei testi classici*, 39, 1997, pp. 209-226. A tradução foi realizada por Bianca Fanelli Morganti e revista por Alexandre Piccolo, Ana Cláudia Romano Ribeiro, Carol Martins da Rocha, Liebert Muniz, Mariana Pini Fernandes, Patricia Prata e Paulo Sérgio de Vasconcellos. A tradução dos textos latinos são de Paulo Sérgio de Vasconcellos, com exceção da ode horaciana, traduzida por Alexandre Piccolo.



Diferença com relação ao modelo significativa  
 (“rastros”)  
 Ato extratextual (presta homenagem, etc.)

Diferença e similaridade  
 significantes  
 Ato intratextual (cria  
 sentido)<sup>17</sup>

## 2.1 O autor

Como comenta Fowler, as implicações da primeira das mudanças apontadas são controversas entre os estudiosos da Antiguidade Clássica. Tais controvérsias podem ser ocasionadas pelo equívoco de que a intertextualidade desconsidera por completo o autor, quando o que muda é o fato de o jogo alusivo não ser estabelecido pela intenção do sujeito-autor, a qual, sem dúvida, é difícil, ou melhor, impossível de ser apreendida, mas sim pelo/no sistema textual. O autor continua existindo, mas ele não é o sujeito intencional e gerador do processo alusivo, mas sim uma construção, uma função, como diz Foucault (1992 [1969]), do próprio sistema do texto.

Esse equívoco se confirma pela afirmação de Fowler de que, mesmo os estudiosos que julgam necessário recorrer à figura do autor em suas análises para justificar uma dada referência intertextual (o autor pode, por exemplo, indicar e preservar o direcionamento histórico), não o constroem fora do sistema do texto, como um árbitro externo do significado, mas sim dentro e a partir desse sistema (o que nos indica que eles mesmos querem se esquivar da intenção do autor). Isso, então, deixa evidente que alguns críticos parecem não ter entendido que o autor não foi descartado pela teoria intertextual, mas sim reavaliado e repensado dentro do sistema textual; em suma, continua existindo, mas não como o criador intencional do significado do texto (que é, na mesma medida, o posicionamento desses mesmos críticos frente ao autor e sua intenção, quando o consideram dentro do sistema textual e não fora dele).

Para demonstrar que os significados não são determinados pela intenção de quem os produziu, Fowler propõe as seguintes situações: se alguém pronuncia uma dada expressão que lhe é peculiar, porque essa alude a uma fala de um

### <sup>17</sup> *Allusion*

In the author’s mind  
 Private  
 Single  
 Additional extra  
 Special feature of ‘literature’

Difference from model significant

Extratextual act (pays homage etc.)

### *Intertextuality*

In the (system of) the text(s)

Public

Multiple

Inescapable element

General feature of language and  
 other semiotic systems

Difference and similarity (‘traces’)  
 significant

Intratextual act (creates meaning)<sup>17</sup>  
 (2000, p. 117)

parente seu, por exemplo, e deseja, com isso, que seu interlocutor faça a mesma alusão, não quer dizer que ele o fará. O mesmo se dá em uma situação inversa, quando uma pessoa pronuncia algum enunciado estruturado na expressão “ser ou não ser” sem ter a intenção, no caso, de aludir a Shakespeare, não quer dizer que o ouvinte não se lembrará do teatrólogo inglês. Em outras palavras, se alguém pronuncia uma frase como “ser professor ou não: eis a questão”, ele pode ou não estar consciente de que essa remete, na tradição ocidental, a Shakespeare. Por outro lado, mesmo este alguém estando consciente disso, o interlocutor pode não entender a alusão intencional; ou, sem ele estar consciente da alusão, o interlocutor pode detectá-la independentemente do enunciador, porque ela faz parte da memória dos textos citáveis. Como vemos, esses exemplos nos mostram como o controle do que é retomado pode escapar ao enunciador: o autor de “carne-e-osso” não pode nem determinar (direcionar), nem controlar as alusões que o seu texto comporta, pois elas são estabelecidas pelo leitor (ouvinte). Desse modo, podemos dizer que a intertextualidade não leva em consideração o que não pode ser abarcado: a intenção do autor, mas não necessariamente sua figura, pois tal teoria apenas muda a forma de ver o autor.

A questão do autor é também um dos assuntos abordados por Barchiesi em seu artigo intitulado “Otto punti su una mappa dei naufragi” (1997) (o qual foi retomado por Fowler) e que foi inspirado, como ele mesmo comenta, em um catálogo de naufrágios (*A map of shipwrecks*) a que teve acesso em uma viagem feita a Seattle em abril de 1995, onde participou de seminários sobre intertextualidade, e pela metáfora de Jeffrey Wills, em seu livro *Repetition in Latin poetry* - a de que a grande maioria dos teóricos e praticantes dos estudos intertextuais está destinada a se encontrar e desencontrar “como navios na noite”, sem deixar rastro.<sup>18</sup>

Nesse texto, o estudioso italiano propõe oito possíveis pontos de “naufrágio” dos estudos intertextuais, ou, como ele próprio diz, um esboço de um mapa dos frequentes naufrágios da arte intertextual, ocasionados por diferenças no *modus operandi* dos críticos, isto é, por “problemas” teóricos que se tornam evidentes no momento em que os estudiosos põem em funcionamento o aparato crítico pressuposto pela arte intertextual. Esses

<sup>18</sup> “Talvez eu tenha sido influenciado pela brilhante metáfora de um jovem filólogo, Jeffrey Wills, em seu novo livro sobre (entre outras coisas) repetição e alusão na poesia latina: “Uma das razões pelas quais frequentemente teóricos e praticantes dos estudos sobre alusão desaparecem como navios na noite é que o escopo transcultural de uns e os atos de linguagem específicos de outros rapidamente divergem, deixando pouco espaço para generalizações sobre a técnica.” (“One reason why **theoreticians and practitioners of allusive criticism often pass like ships in the night** is that the across-cultural scope of one and the language-specific technical acts of the other quickly diverge, leaving little room for generalizations about technique.” grifo nosso – Wills, J. (1996, p. 33).

naufregios, acompanhando o comentrio de Barchiesi sobre os vrios modos de se utilizar um mapa desse tipo, podem ser vistos pelos estudiosos da arte intertextual como fracassos e erros, ao passo que, se assim noo o forem considerados, podem ser utilizados como um indicador de pontos seguros de navegao ou mesmo, como queiram alguns, como um mapa que “possa conter vestgios de tesouros subaquáticos” (1997, p. 209).<sup>19</sup>

De fato, o que Barchiesi nos apresenta sso oito teses que intenta que sejam entendidas “como momentos de consenso provisrio entre estudiosos de diferentes lugares e com experiêcias distintas e em busca de resultados que, muitas vezes, noo sso totalmente compatveis” (*id.*, p. 210),<sup>20</sup> e tambm “como diferenas com relao ao mais recente passado da filologia clssica” (*id.*, *ibid.*).<sup>21</sup> Sso uma tentativa de resposta do autor para

uma questoo implcita no conjunto de questoes propostas para o congresso: o que est mudando na pesquisa sobre intertextualidade, que atitudes cricas estoo ganhando espao em detrimento de outras num campo de estudo que noo foi “inventado” por ninguem em particular e que e tao antigo quanto a prpria crica, ou melhor, tao antigo quanto a poesia e a sua autoconscincia. (*id.*, *ibid.*)<sup>22</sup>

Em vrios momentos de seu texto, Barchiesi traz a questoo do autor a baila, apresentando as preocupaes e controvrsias dos classicistas com relao a ele. No segundo ponto de naufragio, que seria sobre o direcionamento da leitura intertextual, a qual e feita, pelo leitor, do texto alusivo para o modelo e noo na ordem (crono)lgica da criaao, o percurso e inverso – “do modelo para o texto, noo do novo para o velho, mas do velho para o novo” (*id.*, p. 211),<sup>23</sup> o fillogo italiano mostra a importncia do autor, pois “cada alusao comporta, se reconhecida, um olhar na direao da produao do texto e da

<sup>19</sup> “...ci sono vari modi di utilizzare una mappa dei naufragi: chi ci vede una memoria di sconfitte o di errori perde l’utilita di usarla come portolano di navigazioni piu sicure o il piacere di sognare che sia preziosa traccia di tesori subacquei.”

<sup>20</sup> “Nei miei appunti di viaggio congressuale si sono depositate otto sintetiche tesi, che vorrei presentare perch e spero possano essere accolte come momenti di provvisorio consenso fra studiosi provenienti da esperienze diverse e in cammino verso risultati solo parzialmente concordi.”

<sup>21</sup> “Ecco dunque otto momenti che mi sembrano da indicare, come anticipazioni su possibili punti di consenso operativo, e insieme come differenze rispetto al piu recente passato della filologia classica.”

<sup>22</sup> “Si tratta della mia risposta a un quesito che e implicito, credo, in tutta l’impostazione di questi incontri di studio: che cosa sta cambiando nelle ricerche sull’intertestualita; quali atteggiamenti critici si stanno affermando a spese di altri in un campo di studio che non e stato ‘inventato’ da nessuno in particolare e che e antico quanto la critica anzi, piu esatamente, quanto la poesia e la sua autocoscienza.”

<sup>23</sup> “(...) si fanno consapevoli che il testo e stato creato su un percorso inverso – dal modelo al testo, dall’antico al nuovo invece che dal nuovo all’antico.

figura do autor” (*id., ibid.*).<sup>24</sup> Esse autor, como diz o classicista, não é um ser intencional, mas sim um construto do próprio texto, pois, em suas palavras, “negar intencionalidade não significa excluir esse olhar em direção à produção do texto”.<sup>25</sup> Para ele, com relação a esta questão, deve-se insistir que

(a) a falta de documentos autênticos (tais como materiais biográficos, autógrafos, cartas e rascunhos) enfraquece o papel do autor na filologia clássica; (b) a intenção do autor é apenas um dos componentes num jogo de forças que também inclui a recepção textual “prevista” pelo autor; ambas são apenas estratégias de leitura, não seu fim último; (c) a relação que liga um texto a um modelo envolve a interpretação de dois textos, não de um único. (*id., ibid.*)<sup>26</sup>

Como vemos, o autor não determina a alusão que algum texto faça a outro nem seu significado, pois ele não é o criador da teia alusiva, mas sim uma estratégia de leitura, um subterfúgio que ajuda os estudiosos a se localizarem no tempo ou mesmo propor uma unidade significativa para uma dada obra (entenderemos melhor isso ao discorrermos sobre o autor foucaultiano mais abaixo). Então, ele é um componente do texto, estabelecido e criado em seu sistema. Ademais, como afirma Barchiesi, não temos documentos suficientes para que possamos ter um vasto conhecimento da vida do autor, o que enfraquece totalmente as análises pautadas em sua intencionalidade.

Por fim, temos sua observação sobre como os críticos têm se posicionado frente à interpretação intertextual: para eles, somente o texto alusivo é afetado pela relação que estabelece com seu modelo e, por isso, é ele quem deve ser interpretado. Ao dizer que ambos os textos, tanto o modelo quanto o texto alusivo, devem ser interpretados, o filólogo italiano presume que ambas as interpretações estão sempre em aberto e que se influenciam mutuamente: “O novo texto relê o seu modelo; o modelo, por sua vez, influencia a leitura do novo texto” (*id., ibid.*).<sup>27</sup> Os estudiosos, porém, acabam considerando “o sentido da alusão como aberto, problemático, negociável, ao passo que o sentido do modelo é considerado relativamente certo e unívoco” (*id., ibid.*).<sup>28</sup>

<sup>24</sup> Pertanto ogni allusione comporta, si riconosciuta, uno sguardo verso la produzione del testo e la figura dell'autore.”

<sup>25</sup> “...escludere questo sguardo verso la produzione del testo...” (p. 211).

<sup>26</sup> “(a) la mancanza di documenti autentici (materiale biografico, autografi, epistolari, scartafacci) indebolisce il ruolo dell'autore nella filologia classica (b) l'intenzione dell'autore è una componente in un gioco di forze che include anche la ricezione del testo 'prevista' dall'autore: entrambe sono solo strategie di lettura, non traguardi finali (c) il rapporto che lega un testo a un modello coinvolge l'interpretazione di due testi, non di uno solo.”

<sup>27</sup> “Il nuovo testo rilegge il suo modello. Il modello a sua volta influenza la lettura del nuovo testo...”

<sup>28</sup> “Sappiamo tutti che una procedura diffusa consiste nel considerare il senso della citazione come aperto, problematico, negoziabile, e il senso del modello come ragionevolmente univoco e sicuro.”

Para ele, o perigo que esconde tal necessidade de certezas operativas é o fato de o modelo assumir um caráter positivista, enquanto que às imitações cabem as regras do que ele chama de pós-moderno, que seriam sua estrutura intertextual, sua teia alusiva. Também esconde o perigo de se pensar que “para o intérprete a polissemia do texto imitante encontra um limite na certeza unívoca de saber como o imitador recebeu o modelo” (*id., ibid.*).<sup>29</sup> Tal postura acaba por considerar o autor, por definição complexo quando compõe, um simples leitor-imitador: a ele caberia apenas reler e imitar o modelo ao produzir seu texto (o que nos leva a pensar que o texto alusivo seria, por consequência, uma mera imitação). Afora isso, acaba-se levando em conta também a intenção do autor, pois se está interessado em *como* o modelo foi lido pelo imitador.

Sabemos que um texto é algo muito mais complexo do que uma simples releitura proposta intencionalmente por um autor-imitador: ele não pode conter todas as possibilidades interpretativas e alusivas propiciadas por seu texto e ao intérprete cabe ler sua estrutura intertextual (a qual é uma propriedade constitutiva do texto), não as intenções do autor. Uma análise intertextual que leve isso em conta desestabiliza não apenas a noção de Verdade do texto imitante, mas a de Verdade latente e unívoca do texto imitado; coloca a ênfase na recepção, com suas complexidades e imponderabilidades.

Em seguida, no que seria o terceiro ponto de naufrágio, Barchiesi discute outro equívoco dos estudiosos da intertextualidade que é a ilusão, promovida pelo desejo do classicista, de que se possa ter acesso direto às informações de um texto. Como comenta Barchiesi, “nem mesmo o acesso direto aos autores garante uma entrada privilegiada no laboratório da intertextualidade” (*id.*, p. 212).<sup>30</sup> Segundo ele, os próprios autores, pela distância de tempo que possa haver entre o momento em que se produziu um determinado texto e a retomada, a releitura do mesmo por outrem, confundem-se quanto à motivação ou à causalidade da semelhança encontrada, por exemplo, entre seu texto, escrito há muito tempo, e algum outro, escrito mais recentemente por um outro autor. Barchiesi nos conta a história de um autor, de poucas publicações, que se encontra na situação acima descrita: ele não sabe dizer se o escritor do texto que tem em mãos, o qual sabidamente conhece a produção dele, bem como a si mesmo, imitou intencionalmente (ou mesmo plagiou) um antigo escrito seu ou se a semelhança é devida a uma mera coincidência. E, como completa Barchiesi, por ser o autor desconhecido por ter produzido muito pouco, nenhum crítico se daria conta de tal semelhança (*id.*, pp. 211-212),

<sup>29</sup> “... per l'interprete la polissemia del testo imitante trova un limite nell'univoca certezza di sapere come il modello è stato recepito dall'imitatore...”

<sup>30</sup> “... neppure l'accesso diretto agli autori trasforma l'intertestualità in un laboratorio dalle pareti di vetro.”

mostrando-nos, assim, que as comparações são traçadas pelos leitores a partir de seu conhecimento literário e não pelos autores, que sequer têm domínio sobre elas: eles nem as controlam nem as determinam.

Não temos acesso à intenção do autor, nem mesmo o próprio autor sabe dizer se certa semelhança encontrada entre um texto seu e algum outro texto de um outro escritor seja motivada ou apenas casual. É difícil considerar sua intenção, pois, se este já morreu, por exemplo, há muito, como é o caso dos autores da Antiguidade Clássica, a grande distância de tempo impossibilita traçar quais seriam suas vontades e desejos; se ele está vivo, também é complicado precisar sua intenção, como observamos pela história narrada por Barchiesi. Saliente-se, ainda, que o texto transcende a vontade de seu escritor, haja vista que mais de um escritor se surpreendeu com o que os críticos acabaram descobrindo em seus textos, coisas que eles próprios não tinham percebido.<sup>31</sup>

Por fim, Barchiesi apresenta como quarto ponto de naufrágio a necessidade que os críticos têm de justificar a alusão traçada pelos escritores, de certa forma como um modo de perdoá-los por terem imitado e, por isso, modificado o sentido do modelo ao inserir tal referência em outro contexto. Como vemos, muitos dos estudiosos do período clássico ainda colocam o sentido e as alusões de um dado texto na intenção de quem o criou (pois precisam justificá-lo).

### 2.1.1 O autor foucaultiano

Como observamos pelas discussões de Fowler e Barchiesi apresentadas acima, o autor não é um sujeito voluntarioso e consciente, mas sim, poderíamos dizer, uma função que nasce com o próprio texto e que lhe dá unidade significativa, um parâmetro para se construir a significação do texto. Para definir melhor o que vem a ser essa função, abriremos pequenos parênteses, retomando, neste momento, parte de nosso artigo “Questões de autoria na Roma antiga”, em que discutimos o conceito foucaultiano de autor (2005, pp. 223-225).<sup>32</sup>

<sup>31</sup> Considerando a discussão sobre o não domínio por parte do autor sobre a interpretação de seus escritos, acho interessante, para ilustrar, comentar *en passant* uma lembrança: Drummond, como que em resposta à enorme polêmica entre os críticos sobre o significado do termo “pedra”, presente em seu poema *No meio do caminho*, publicou, em 1967, o livro *Uma Pedra no Meio do Caminho – Biografia de Um Poema*, onde fez uma grande seleção do que foi dito acerca do poema.

<sup>32</sup> Publicado nos *Cadernos de Qualificações*, do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (DL/IEL/UNICAMP) – para referência completa, ver bibliografia.

O texto de Foucault, intitulado *O que é um autor?* (1992[1969]), trata não de uma análise histórico-sociológica da noção de autor, mas sim de um problema mais fundamental: “o da construção própria de uma ‘função-autor’, tida como uma função classificadora maior do discurso” (CHARTIER, 1998, p. 36). Ele analisa e discute a individualização de tal categoria em nossa sociedade, o *status* que exerce, as pesquisas acerca da autenticidade de uma obra, quando começaram as especulações acerca da vida do autor (as biografias), a importância fundamental para a crítica literária da relação “o-homem-e-a-obra”. Sua preocupação reside na relação texto-autor, em *como* “o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos na aparência” (*id.*, p. 34).

Foucault formula sua discussão apresentando os problemas acarretados pela eliminação da figura do autor. O tão bem planejado, e aparentemente bem concluído, “assassinato do autor” apenas pôs em evidência as lacunas no entendimento de tal categoria. A ideia moderna de que ao autor não cabe senão “representar o papel do morto no jogo da escrita” e que sua marca nada mais é do que “a singularidade de sua ausência” (*id.*, pp. 36-37) não resolve a dificuldade de lidar com essa “personagem”. Ademais, as noções de obra e escrita, que pretensamente substituem a de autor, além de recorrerem, nem que seja às escondidas, à figura do autor para se definirem, apenas bloqueiam sua aparição, ao ocultarem o que devia ser evidenciado.

A categoria “obra” é tão difícil de caracterizar quanto a de “autor”. A crítica moderna, preocupada em avaliar o texto pelo texto, através da observação de sua estruturação linguístico-discursiva, parte de um pressuposto que se configura como uma poça de areia movediça - a categoria obra. Pois, como questiona Foucault (*id.*, pp. 37-38): “O que seria uma obra? O que lhe confere unidade? Qual a relação que estabelece com seu autor?” Tais questionamentos carecem de respostas e são os mesmos feitos ao autor. É impossível conceber uma obra sem autor e um autor sem obra, uma vez que tais categorias são complementares e não excludentes. Há uma circularidade na definição do autor e da obra, haja vista a interdependência de ambos.

A escrita, por sua vez, também alude ao autor, por mais que a postura da crítica moderna seja a de desconsiderar o gesto de escrever e qualquer marca que faça referência ao que alguém tenha querido dizer. A escrita é concebida como o lugar de apagamento do sujeito, no qual só cabem questionamentos acerca da inter-relação dos signos e da alusão que estes fazem a diversos outros contextos linguísticos e culturais, bem como análises da condição espaço-temporal em que as obras foram produzidas. Essa posição, contudo, apenas joga para debaixo do tapete a referência que a escrita faz ao autor, já que ambos são concebidos simultaneamente durante a enunciação. O autor se encontra na origem da escrita, melhor dizendo, em seu processo enunciativo formador.

Desse ponto de vista, a morte do autor é uma forma de torná-lo gigantesco, uma vez que o apagamento de tal categoria só faz trazer à baila o seu funcionamento. O interesse de Foucault reside em “localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse desaparecimento deixa descoberto [*sic*]” (*id.*, p. 41). Sua proposta, então, é entender o que sobra com a morte do autor, ou seja, o que ela evidencia a respeito de seu caráter, pois é a morte do autor que permite descobrir o jogo de sua função.

A discussão a respeito de qual seria a função autor parte do questionamento acerca das características do nome de autor: “O que é um nome de autor? E como funciona?” (*id.*, p. 42). Para Foucault, o nome de autor, em princípio, se assemelha a um nome próprio, já que ambos não possuem significação pura e simples, por apresentarem tanto uma função indicadora (designativa) quanto descritiva. O nome próprio e o nome de autor estão situados entre os polos da descrição e da designação; ambos estabelecem uma ligação com o que nomeiam, mas essa não é totalmente designativa ou descritiva, é antes uma ligação específica.

O nome de autor, contudo, não é um nome próprio como os outros, pois os problemas postos por ele são mais complexos. A ligação entre o nome de autor e o indivíduo nomeado não se dá, como ocorre com o nome próprio, pela relação de características físico-descritivas, isto é, pela simples nomeação de um indivíduo x, com certas particularidades físicas, a um nome y, mas antes pela conexão que esse possui com a sua obra. Por exemplo, o fato de Homero ter sido uma pessoa ou um grupo de aedos não interfere na sua existência como autor (mas afeta sua existência como pessoa), pois o que importa são os textos reunidos sob seu nome; mas se se descobrisse que não foi Homero que escreveu a *Odisséia*, mas sim Safo, haveria uma alteração no funcionamento de tais nomes de autor, já que seria necessário reavaliar as características sob as quais estão classificadas as suas obras.

O nome de autor, então, não é um simples elemento discursivo, muito pelo contrário, é um princípio classificador dos discursos, uma unidade que dá corpo à obra, uma vez que possibilita a reunião, a organização, a seleção, enfim, a delimitação de vários textos sob um único nome, configurando-os em uma obra coesa e coerente. Como diz Foucault (*id.*, pp. 44-45), “o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso”, já que indica que o discurso não é cotidiano ou passageiro, mas sim diferenciado e, por isso, deve ser recebido como tendo outro estatuto. O autor não é visto como um indivíduo que falou ou escreveu algo, mas antes como o “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como sede de sua coerência” (FOUCAULT, 1993[1970], p. 12).

Sendo a função autor “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade”



(FOUCAULT, 1992 [1969], p. 46), resta-nos perguntar como se caracteriza um discurso portador de tal função e em que se opõe a outros. Para tanto, Foucault propõe quatro marcas distintivas da função autor. Primeiro, entre o autor e a obra se estabelece uma relação de propriedade, a partir da qual se reconhece uma relação de risco, já que o autor, sendo o responsável por aquilo que escreve, pode ser punido. Segundo, “a função autor não se exerce de forma universal e constante sobre todos os discursos” (*id., ibid.*, p. 48), pois, de acordo com o momento histórico, vemos discursos serem desprovidos de tal função, ou submetidos a ela. Terceiro, essa função não é estabelecida espontaneamente pela atribuição de um escrito a um autor, mas sim pelo “resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos autor” (*id.*, p. 50), ou seja, o autor é construído a partir dos textos que lhe são atribuídos (então, o autor é posterior a sua obra). Finalmente, a função autor não nos remete a um ser real, mas a posições de sujeito<sup>33</sup> que diferentes indivíduos podem ocupar.<sup>34</sup>

Como vimos, o autor para Foucault nada mais é do que uma função reguladora do discurso, um princípio organizador que surge a partir de textos já produzidos, que não se exerce igualmente em todos os discursos e épocas e que não faz referência a um ser real. Partindo dessa definição, a qual se pode entrever tanto na discussão de Fowler quanto na de Barchiesi, observamos que o autor não é descartado pela teoria intertextual, apenas perde sua hegemonia e passa a ser visto como um construto do próprio sistema textual, não como o detentor da chave que abriria as portas para a interpretação única e verdadeira, a supostamente almejada por ele. Por isso, a questão de sua intenção, bem como de seu aniquilamento não devem ser motivo de contendas e controvérsias entre os escritores, pois elas não procedem: o desejo do autor não pode ser alcançado (nem por ele mesmo) e ele se encontra mais vivo que nunca.

## 2.2 Geração de sentidos

Voltando ao quadro de Fowler, vemos que as duas mudanças seguintes de pontos de vista, acarretadas pelo deslocamento de foco da intertextualidade

<sup>33</sup> Seguindo o raciocínio de Foucault, que toma como base um tratado de matemática, teremos, especificamente, três posições de sujeito: o “eu” do prefácio, o da demonstração, que levanta hipóteses e as conclui, e, finalmente, o “eu” que fala propriamente de seu trabalho, de como foi realizado, de suas dificuldades, de seus resultados e imperfeições (*id.*, pp. 55-56). Esse desdobramento do autor produz um efeito de apagamento do mesmo, contudo, tal apagamento não significa a morte, o desaparecimento do autor, mas sim demonstra o seu caráter multifacetado, o qual se dilui na obra.

<sup>34</sup> “Seria tão falso procurar o autor no escritor real como no locutor fictício; a função autor efetua-se na própria cisão – nessa divisão e nessa distância” (*id., ibid.*).

com relação à alusão, dizem respeito ao caráter coletivo e múltiplo daquela, ao contrário do caráter individual e singular desta. Afirmar isso significa novamente descartar da constituição da teia alusiva do texto a intenção do autor, pois, no tocante à questão de seu caráter coletivo, sendo a intertextualidade parte essencial do mecanismo da linguagem, ela não é estabelecida pela vontade de alguém em particular, e a percepção de sua existência só se dá no momento da leitura por uma competência própria dos leitores;

Se a intertextualidade é uma propriedade do sistema literário, conforme se viu, então é coletiva, não individual, e, se consideramos uma determinada semelhança entre dois textos como suficientemente marcada para ser percebida como uma alusão, isso se deve a uma competência que é comum aos leitores, coletiva, não aos pensamentos individuais dos escritores. (FOWLER, 2000, 118)<sup>35</sup>

Dessa forma, ver o jogo intertextual como uma característica essencial do sistema literário é deslocar-se da figura do autor para a do leitor. É a este, com seu conhecimento de leituras prévias, que compete visualizar e determinar relações entre textos. Tais relações, por sua vez, são múltiplas, dada a quantidade de textos que fazem parte do sistema literário em que um dado texto alusivo está inserido:

Da mesma forma, se a intertextualidade implica um reconhecimento de que interpretar um determinado texto implica lê-lo tendo como pano de fundo muitos outros textos que constituem o sistema literário, então esse é um processo inerentemente múltiplo. (*id.*, *ibid.*)<sup>36</sup>

O caráter múltiplo da intertextualidade, que pressupõe que ler um texto é (re)significá-lo a partir de muitos outros que compõem o sistema em que está inserido, aponta para as várias e diversificadas possibilidades de leitura que cabem a um dado texto. A diversidade e a multiplicidade de semelhanças intertextuais que podem ser vislumbradas entre textos são devidas aos leitores: elas serão tantas quantas for a bagagem de leitura do intérprete. Desse modo, como comenta Fowler, falar de uma hierarquia de referência, isto é, que o texto de partida é mais importante que o de chegada (ou vice-versa), não procede, pois cada leitor considerará (ou não), se achar que é relevante, no momento de (e de acordo com) sua leitura, o grau de importância de um

<sup>35</sup> "If intertextuality is a property of the literary system in this way, then it is public, not private, and whether we count a particular resemblance between two texts as sufficiently marked to count as an allusion is determined by the public competence of readers, not the private thoughts of writers."

<sup>36</sup> "Similarly, if intertextuality involves a recognition that interpreting an individual text involves reading it against a background of the many other texts that constitute the literary system, then it is a process that is inherently multiple."

texto em relação a outro. Os textos antigos costumam deixar “rastros” (*traces*), usando a metáfora de Fowler, nos recentes e, como esses rastros são múltiplos, a relação entre eles é o que importa para os estudos sobre intertextualidade, não se o texto de partida é mais importante ou não que o de chegada.

O caráter coletivo e múltiplo da intertextualidade remete à ideia de Barchiesi, discutida anteriormente, de que numa dada relação intertextual tanto o texto quanto o modelo são passíveis de interpretação, pois ambos se influenciam mutuamente (o texto alusivo relê o modelo e este altera, afeta sua interpretação). Nesse jogo, então, não há estabilidade interpretativa, propiciada pela certeza da existência de uma Verdade oculta, única e segura presente no modelo que foi (e deve ser) percebida pelo imitador quando da composição de seu texto e que pode (e também deve) ser alcançada pelo intérprete no momento da leitura. O sentido do texto de partida é tão instável quanto o do texto de chegada, ainda mais quando se centra o foco na recepção do leitor, como o fazem Barchiesi e Fowler: cada leitor valorará ou não um dado texto ou fará uma leitura e/ou não outra de acordo com o seu conhecimento literário. Assim, as interpretações possíveis para os textos que se encontram numa relação intertextual estão sempre em aberto e serão tantas quantas o leitor for capaz de traçá-las.

No terceiro ponto de naufrágio proposto por Barchiesi (1997), também podemos deduzir tais características da intertextualidade, quando ele, a partir de sua discussão sobre o fato de o autor não controlar e determinar as alusões que são percebidas em (ou possibilitadas por) seu texto, como vimos acima, tira duas conclusões importantes sobre o caráter dos estudos intertextuais, as quais reproduzimos aqui:

Primeiramente, o estudo da intertextualidade é frequentemente acusado de exagero. Isso é verdade em relação aos textos que temos, mas toda nova descoberta de papíros mostra que a circulação de alusões e influências visível a nós é apenas parte de uma realidade mais ampla. Em segundo lugar, não há motivo para perder a confiança na objetividade dos nossos métodos de amostragem. Nossa pesquisa é parte de qualquer atividade humanística normal: é imprecisa, conjectural, retórica e subjetiva. Mas não há, recentemente, disciplina nas humanidades que tenha se mantido imune a esse tipo de autocrítica. (p. 212).<sup>37</sup>

As conclusões apresentadas, parece-nos, permitem inferir que Barchiesi também considera o procedimento intertextual coletivo e múltiplo, embora

<sup>37</sup> “(i) lo studio intertestuale è spesso accusato di esagerazione: ciò è vero in proporzione ai testi che abbiamo, ma ogni nuova scoperta di papiri dimostra che la circolazione a noi visibile di allusione è solo una parte della realtà; (ii) non c’è motivo di disperare a proposito dell’oggettività dei nostri strumenti di rilevazione. Il nostro studio è parte di una normale attività umanistica: è impreciso, congetturale, retorico, soggettivo – ma non esiste campo delle scienze umane che sia stato recentemente immune da questo tipo di autocritica.”

o estudioso não o tenha assim caracterizado, como o faz Fowler. Ao discutir a acusação de exagero feita aos estudos intertextuais, Barchiesi relata que o rol de alusões e influências observadas pelas novas descobertas de papiros é muito maior que o que sabemos ou concebemos. Desse modo, não há um exagero interpretativo, tal como acusa a crítica, haja vista as múltiplas possibilidades de alusão identificadas por meio das novas descobertas de textos, corroborando, assim, as diversas e múltiplas leituras que vêm sendo feitas. O que, por sua vez, nos leva a concluir que as interpretações cabem ao intérprete, ao leitor, não ao autor - as possibilidades interpretativas não encontram um limite na intenção do autor do modelo (visto, assim como um mero imitador), antes são coletivas, não individuais, de domínio público, não particular. Essas propriedades da intertextualidade a tornam, como nos indica a segunda conclusão de Barchiesi acima, um estudo nada objetivo, mas sim subjetivo, pois a geração de sentido vem da leitura intertextual feita pelo leitor, de acordo com sua competência literária, o que não significa dizer que se deve perder a confiança na objetividade do método.

De certa forma, Barchiesi também toca na questão da hierarquia referencial discutida por Fowler. Quando o classicista italiano considera que, no momento em que se verifica um diálogo entre textos, tanto o texto quanto o modelo são passíveis de (re)interpretação (não somente o texto alusivo, como supõem muitos estudiosos da área), ele tira a importância do modelo, cujo sentido é considerado “fechado” tradicionalmente, isto é, único e verdadeiro, em oposição ao do texto alusivo, que estaria “em aberto”. Para Barchiesi, nenhum texto é fechado interpretativamente, a quantidade de leituras possíveis é imponderável. Como dissemos anteriormente, o estudioso italiano considera que as leituras estão sempre em aberto e se influenciam: o novo texto ressignifica o modelo e este influencia a leitura do novo texto. Desse modo, temos interpretações e leituras que são feitas a ambos os textos e que variam conforme o leitor que as estabelece, sem haver valorização de uma em detrimento da outra. Concluindo com Fowler, o que temos são “rastros” que são deixados nos textos e o que interessa à intertextualidade é a relação que se estabelece entre eles, não seu grau de importância (se é que este existe!).

A próxima mudança proposta por Fowler diz respeito ao fato de a intertextualidade ser um elemento imprescindível, e não um item adicional, como o é a alusão, dado o seu caráter de figura de linguagem - como discutido, quando da exposição do texto “Arte allusiva”, Pasquali prefere o termo alusão a reminiscência, porque aquele termo sugere que as semelhanças percebidas entre textos são resultado da utilização intencional de um recurso estilístico pelo escritor quando da composição de seu texto, não de um ato involuntário

e acidental, pressuposto pelo termo reminiscência.<sup>38</sup> Essa mudança pressupõe a que segue no quadro de Fowler, uma característica geral da linguagem e de outros sistemas semióticos, não uma característica especial da literatura como a alusão:

A alusão era concebida como um “extra”, um item acrescentado a tipos especiais de textos por um autor que queria chamar a atenção para algo em especial; a intertextualidade, por outro lado, é simplesmente o modo pelo qual os textos – todos os textos – significam. O sistema textual existe antes de qualquer texto, e os textos nascem, sempre, já situados nesse sistema, querendo ou não. Assim como ninguém pode escapar de sua condição histórica, nenhum texto pode existir, a não ser em confronto com a matriz de possibilidades criada por textos pré-existentes. (2000, p. 119).<sup>39</sup>

Como vemos, a alusão é tradicionalmente retratada como um recurso de linguagem, um elemento extra, uma propriedade especial da literatura, utilizada pelo autor para chamar a atenção para algum ponto que considera importante, ao passo que a intertextualidade é uma característica geral da linguagem (e também de todos os sistemas semióticos, como afirma Fowler), mais especificamente, como nos interessa aqui, da linguagem literária. Como diz Fowler, a intertextualidade é o *como* os textos, todos, significam, nenhum deles sendo gerado fora de seu sistema textual, o qual preexiste a ele. Dessa forma, diferentemente da alusão, que é um elemento extratextual, como nos mostra a última mudança de ponto de vista da intertextualidade indicada por Fowler em seu quadro, atrelado à intenção do autor, a intertextualidade é um elemento intratextual, constitutivo da linguagem literária (e da linguagem em geral).

Enquanto o estudo da alusão pauta suas análises na busca de respostas para questões relativas à função de uma dada referência em textos (seria para demonstrar conhecimento? render homenagens? superar um modelo? reconhecer uma dívida com algum autor?), a intertextualidade focaliza a

<sup>38</sup> Para uma discussão mais ampla sobre a alusão como figura de linguagem, como tropo poético, cf. CONTE, G. B. (2012). “Storia e system nella memoria dei poeti”, in *Memoria dei poeti e sistema letterario: Catullo Virgilio, Ovidio, Lucano*. Palermo: Sellerio. Tal texto também constará do livro de tradução, como já mencionado, e foi traduzido por Alexandre Prudente Piccolo, Ana Cláudia Romano Ribeiro, Bianca Fanelli Morganti, Carol Rocha Martins, Liebert Muniz, Mariana Pini e Paulo Sérgio de Vasconcellos. A revisão foi realizada pelos tradutores elencados mais Danielle Chaga de Lima e Patricia Prata.

<sup>39</sup> “Allusion was figured as an ‘extra’, a bit added to special types of text by an author who wanted to make a special point: intertextuality, on the other hand, is simply the way in which texts – all texts – mean. The textual system exists before any text, and texts are born always already situated within that system, like it or not. Just as no person can escape her or his historical situatedness, so no text can exist except against the matrix of possibilities created by those pre-existing texts.”

geração de significados, de sentidos para o texto. Desse modo, os estudos alusivos se preocupam em desvendar as intenções do autor, em questionar o(s) motivo(s) que o levou(aram) a utilizar tal recurso da linguagem literária (prestar homenagem, superar o modelo etc.), ao passo que os estudos intertextuais se interessam pela produção de significados que se dá no(s) texto(s), através de uma dialética entre semelhança e diferença. Como diz Fowler, embora muitos críticos insistam em questionamentos como os apresentados acima,

(...) o foco, em anos recentes, tem sido a forma pela qual a intertextualidade cria significados nos textos através de uma dialética entre semelhança e diferença. Embora a diferença permaneça altamente significativa, tem havido uma grande mudança na forma como os textos precedentes são agora novamente vistos: deixando “rastros” de si mesmos no texto de chegada. (2000, p. 121).<sup>40</sup>

Gostaríamos de fazer um breve comentário sobre o que entendemos por alusão e como vemos tal conceito em comparação com a intertextualidade. Não consideramos a alusão como um mecanismo de linguagem, seja um recurso estilístico, seja um processo análogo ao da intertextualidade, mas sim como um dos componentes do mecanismo intertextual, no sentido de que é através da alusão percebida pelo leitor que o mecanismo intertextual é acionado. Para nós, o termo alusão é entendido como o denominador da referência que um texto faz a outro(s) e que os coloca em uma relação intertextual. Acreditamos que o ato de aludir gera o intertexto, pois o leitor é levado pela alusão a comparar textos e a entrever outras leituras em sua teia alusiva - o que entendemos por intertexto. A alusão seria, então, uma das engrenagens do mecanismo intertextual: o processo intertextual é posto em movimento quando o leitor o aciona pelo ato de aludir; a alusão, assim, gera o intertexto.

Quanto à dialética entre semelhança e diferença, podemos dizer que as análises dos paralelos estabelecidos entre textos se baseiam em questionamentos do tipo: Qual é a semelhança ou a diferença que há entre eles? Ao ser deslocado de seu contexto, que transformação sofreu o texto evocado no texto que o cita? Como observamos na penúltima mudança proposta por Fowler em seu quadro, a alusão pressupõe análises que levam em conta a diferença que o texto alusivo tem em relação ao modelo que o significa, ao passo que a intertextualidade leva em consideração tanto a similaridade quanto a diferença entre textos. Ainda que os estudos intertextuais relativos aos textos clássicos se pautem mais na diferença, como afirma Fowler no excerto citado

<sup>40</sup> “... the focus in recent years has been on the way in which intertextuality creates meaning in texts through a dialectic between resemblance and difference. Although difference remains highly significant, there has been a major change in the way that the earlier texts are again now seen to leave ‘traces’ of themselves within the target text.”

acima, do que na semelhança, houve uma mudança significativa na forma de ver os paralelos que se estabelecem entre eles. Tradicionalmente, os críticos consideram que o texto alusivo modifica seu modelo, diferenciando-se deste, quando o próprio texto de partida também pode deixar rastros no de chegada, propiciando uma leitura comparativa, e não diferencial, entre ambos os textos. Admitindo traços do texto de partida no de chegada, enriquecemos a leitura do texto alusivo: ele é diferente de seu modelo na medida em que traz características semelhantes a ele em um outro contexto. Alteramos, desse modo, nossa percepção do texto de partida: ele não será apenas diferente de seu modelo, mas percebido, contemplado *como* ele, numa sobreposição de semelhanças e diferenças.<sup>41</sup>

Ampliando um pouco a discussão sobre como o processo alusivo afeta a leitura dos textos nele implicados, incluindo-se aí não só o de chegada, como também o de partida, retomamos a discussão de Barchiesi vista anteriormente sobre o equívoco dos estudiosos da arte intertextual de considerarem o sentido do modelo como “fechado” e o do texto alusivo como “aberto”. Ao considerar que “alusões são combinações de dois textos que necessitam, ambos, de interpretação e se interpretam mutuamente, e não a combinação de um texto já ‘fechado’ e outro ainda ‘aberto’” (1997, p. 213),<sup>42</sup> Barchiesi nos mostra a expansão dos limites das possibilidades interpretativas propiciada pela intertextualidade: estas não estão limitadas ao texto alusivo, mas cabem também ao modelo, pois ambos os textos estão abertos para serem (re) interpretados.

Os estudiosos do período clássico, contudo, como podemos depreender do comentário de Barchiesi sobre as tentativas dos críticos de resolver o problema

<sup>41</sup> Vale a pena aqui citar o comentário de Fowler a respeito da relação entre a intertextualidade e a metáfora dos “rastros”, bem como sua relação com o desconstrutivismo: “Essa forma de abordar a intertextualidade – bem como a metáfora do rastro – tem claras ligações com abordagens desconstrutivistas e com a noção de que, mesmo quando explicitamente negados ou transformados, aspectos dos textos de partida podem estar presentes sob rasura, prontos para serem colocados em destaque por um leitor forte. Mas a noção de que a presença de um texto de partida altera a leitura do texto de chegada, um lugar comum dos trabalhos modernos sobre a intertextualidade, não está necessariamente ligada à desconstrução, é usada por críticos que estão longe do desconstrucionismo em termos de abordagem” (“This approach to intertextuality, and the metaphor of the trace, has obvious links with the deconstructive approaches, and with the notion that even when explicitly denied or changed, aspects of source-texts may be present under erasure, ready to be ‘flipped’ into prominence by a strong reader. But the notion that the presence of a source-text alters the reading of the target-text is not necessarily tied to deconstruction, and it is a commonplace of modern work on intertextuality, used by critics who are far from deconstructionist in approach.” - 2000, p. 121).

<sup>42</sup> “... le allusioni sono combinazioni fra due testi entrambi da interpretare, e che si interpretano a vicenda, non combinazioni fra un testo già ‘chiuso’ e un testo ancora ‘aperto’.”

do *pathos* do verso VI, 460 da *Eneida* (*inuitus, regina, tuo de litore cessi*),<sup>43</sup> visto que são muitas as soluções possíveis, podem mostrar-se intolerantes quanto às oscilações de sentido que acabam sendo proporcionadas pela aceitação de que tanto o modelo quanto o texto alusivo se influenciam mutuamente e de que, por isso, a interpretação de ambos está sempre em aberto. Essas oscilações interpretativas são provocadas pelo fato de a intertextualidade deslocar da figura do imitador para o sistema textual e para o leitor o lugar onde se dá a produção do significado do texto. Como comenta o filólogo italiano, graças à preocupação com essas oscilações sempre são colocadas questões do tipo: quais e quantas partes dos textos implicados interagem? Há uma relação de similaridade ou de diferença entre eles? A intertextualidade é uma operação ou um resultado, um produto final? (*id.*, p. 213).<sup>44</sup> Tais questionamentos demonstram a necessidade dos críticos de conterem as alusões e chegarem a um resultado palpável, único e verdadeiro. Todavia,

Intertextualidade é um *evento*, não um *objeto*. Não é uma coisa, um dado fixo a ser analisado, mas uma relação em movimento, até mesmo uma desestabilização dinâmica. (*id.*, p. 210)<sup>45</sup>

Como a intertextualidade não é um objeto palpável, mas um evento fluido e instável, não cabe procurar a interpretação única e verdadeira para uma dada alusão textual, pois essa é intangível. Considerando a intertextualidade um objeto, a interpretação de uma referência textual supostamente estaria escondida no modelo imitado (ou mesmo, como para alguns, como vimos em discussão anterior, na intenção do imitador), quando ela está nas relações que os leitores venham a estabelecer entre os textos, as quais são variadas e

<sup>43</sup> Barchiesi apresenta em seu artigo as soluções que os analistas dão para o “mais escandaloso dos textos alusivos clássicos” (1997, p. 212), nas palavras do próprio autor, as quais se baseiam em uma comparação entre Calímaco, Catulo e Virgílio: “(a) Virgílio livra o registro, potencialmente nobre do original, do *pathos* do seu contexto; (b) o *pathos* do original mina o *pathos* de Eneias, ou o do próprio Virgílio; (c) o original é muito mais sério e doloroso do que se costuma pensar, uma vez que Catulo acrescentou algo que não havia em Calímaco (p. ex., a morte do seu irmão; cf. poema 65), e Virgílio o releu nessa chave sombria.” (“(a) Virgilio libera il registro potenzialmente nobile dell’originale dal pathos del suo contesto (b) il pathos dell’originale mina il pathos di Enea, o di Virgilio stesso (c) l’originale è molto più serio e sofferto di quanto si pensi di solito, perché Catullo ci ha messo qualcosa che in Callimaco non c’era (es. La morte del fratello, cf. il carme 65), e Virgilio l’ha riletto in questa chiave (...)”, pp. 212-213).

<sup>44</sup> Quanta parte dei due contesti viene fatta interagire? (...). Similarità o differenza? (...). Operazione o risultato? ”.

<sup>45</sup> “L’intertestualità non è un **oggetto** ma un **evento**; è un rapporto in movimento, una dinamica, una destabilizzazione persino, e non un dato fisso da analizzare, una cosa” (grifo nosso)



passíveis de reinterpretação, isto é, dinâmicas e instáveis. Dessa forma, como afirma Barchiesi:

Dado um texto que se refere a outro texto, não há nenhuma autoridade crítica que possa estabelecer *a priori*: (a) quanto do texto aludido está presente no texto que a ele alude, e quanto, ao contrário, deve ser “deixado de lado”; (b) se o sentido que prevalece deve ser o de similaridade ou de diferença; (c) se se deveria ver intertextualidade como um processo ou como um resultado, como uma operação sempre em progresso ou como um produto final. (p. 210).<sup>46</sup>

Todas essas conclusões a que chega o estudioso italiano nos revelam que uma análise intertextual parte de algumas escolhas (ideológicas, como afirma Fowler) de quem a realiza, isto é, do leitor. Somente ele poderá definir o que deve ser levado em consideração ou não e em que proporção, se vale a pena destacar as semelhança ou as diferenças, ou ambas as coisas, se a relação entre textos é melhor vista como um processo sempre em movimento ou como resultado da operação alusiva, dependendo da leitura que quiser propor para uma dada relação alusiva.<sup>47</sup>

Como observamos, a intertextualidade é uma propriedade do texto (bem como da linguagem em geral, como temos insistido), faz parte de seu sistema e seu mecanismo só é acionado pelo leitor, no momento da leitura e em conformidade com ela. Desse modo, pela discussão feita até aqui, vemos que a adoção da noção de intertextualidade, diferentemente da objeção feita por West, apresentada no início deste artigo, acarretou muitas mudanças na forma de ver as relações entre textos, não sendo apenas um mero novo termo utilizado para se descrever velhas práticas, como afirma o estudioso.

### 2.3 Direcionamento da leitura intertextual

Dilatando ainda mais os limites do caráter da intertextualidade, podemos levar, como o fez Fowler na parte final de seu artigo, as categorias de texto e leitor até as últimas consequências. Nesse ponto do texto, Fowler apresenta as implicações mais amplas, e até arrojadas, como ele mesmo afirma, relativas à teoria intertextual, procurando sugerir aos estudiosos do período clássico que

<sup>46</sup> “... dato un testo che si riferisce a un altro testo, non esiste che possa stabilire a priori (a) quanta parte del testo implicato è presente nel testo implicante, e quanta invece ‘deve andarsene’; (b) se l’effetto prevalente debba essere un rapporto di similarità o di differenza (c) se vada preferita una visione ‘processuale’ o ‘risultativa’, l’intertestualità come operazione sempre in fieri o come prodotto finale.”

<sup>47</sup> Toda escolha, como comenta Fowler, é necessariamente ideológica: nada poderia mais ser construído e ideológico do que o que percebemos e o que dizemos sobre o que percebemos. O fato de uma interpretação ser privilegiada em relação a outra deve-se, primeiramente, à autoridade de quem a propôs.

as levem em consideração, modificando, assim, sua noção de texto e de suas relações.

Pensando a intertextualidade numa visão estruturalista como o fizemos até aqui, chamamos atenção sobretudo para o sistema textual (literário), pois se entende que é nele que se encerra a matriz de todas as possibilidades interpretativas na qual e pela qual a literatura funciona. Como argumenta Fowler, com essa visão estruturalista, valoramos muito o sistema literário e acabamos por exagerar o seu grau de unidade e estabilidade, sugerindo, assim, que “haja uma matriz única que contém todas as possibilidades e que podemos dizer, então, que esta ou aquela relação intertextual está “lá” no sistema, esperando ser ativada na leitura. De um ponto de vista pós-estruturalista, isso parece mistificação” (2000, p. 127).<sup>48</sup> Quando, na verdade, partindo de uma visão pós-estruturalista, mais pautada na recepção, a intertextualidade está completamente localizada na leitura, não no sistema textual. Nas palavras de Fowler, “o significado é percebido no momento da recepção e o que conta como um intertexto e o que se faz com isso depende do leitor” (*id., ibid.*)<sup>49</sup>.

Com isso, concordamos com Fowler que é difícil considerar que um texto possua todas as informações necessárias para sua compreensão, guardadas em sua estrutura, prontas para serem percebidas por algum intérprete. Vimos até agora que só o leitor pode dar significados a um dado texto, a partir do que é capaz de divisar nele, tendo como pano de fundo suas leituras. Esse leitor não é um detetive que segue os rastros de algo que já está “lá”, escondido no texto (caso contrário, não teríamos outras possibilidades de interpretação e leitura para um dado texto, ou mesmo de reavaliação e reinterpretção de leituras já feitas por outrem), mas sim o criador do sentido do texto, o qual nasce juntamente com sua leitura. Sempre há possibilidade de recontextualização, visto que qualquer correspondência que houver entre textos poderá ser reinterpretada por leitores diferentes, pertencentes ou não ao mesmo momento histórico-cultural. Desse modo, temos que as leituras possíveis para uma dada alusão textual serão proporcionais ao número de leitores que as interpretam, tendendo, assim, para o infinito.

Ao deitar por terra a possibilidade de uma explicação única e verdadeira para uma dada alusão textual, bem como a ideia de que podemos conter todas as possibilidades interpretativas, sendo estas limitadas, Fowler toca na questão do direcionamento da leitura intertextual, demolindo-o por completo. Por mais que (crono)logicamente a leitura seja do texto alusivo para o modelo,

<sup>48</sup> “...it suggests that there is a single matrix which contains all the possibilities, and the we can therefore say that this or that intertextual relation is ‘there’ in the system, waiting to be activated in reading.”

<sup>49</sup> “...meaning is realized at the point of reception, and what counts as an intertext and what one does with it depends on the reader.”

quando o leitor se depara com um texto, ele pode fazer (e muitas vezes o faz) o movimento inverso: partir do modelo para o texto, ou seja, examinar os efeitos de sentido que o texto que alude provoca no texto aludido. Citando exemplo de Fowler, alguém que esteja familiarizado com a teoria lacaniana não “é capaz de ler um texto sobre espelhos ou reflexão, sem ver rastros do estágio do espelho deixados no texto, patente ou latente, sobre ou sob rasura” (*id.*, p. 129)<sup>50</sup>, mesmo que este texto seja o mito de Narciso, escrito muito antes da existência de Lacan. A ordem lógica dos fatos nos diz que o “certo” é considerar rastros do mito de Narciso em Lacan e não o contrário, pois esta é a cronologia histórica. Mas não é assim que necessariamente acontece quando nos deparamos com uma alusão, podemos partir, e comumente o fazemos, de nosso atual conhecimento para caracterizar o antigo, por mais que relatemos nossa leitura de forma inversa, do antigo para o novo. E, conforme exemplo apresentado por Vasconcellos em seus comentários a essa tese: quem, ao ler em Suetônio (*Vita Caesaris* 7) que César sonhou que dormia com a própria mãe (a expressão no historiador é mais crua: *stuprum matri intulisse*), não pensará em Freud? Mas, para os antigos, era um sonho de poder (assim o consideraram os intérpretes): se havia desejo, era o de se apoderar da terra-mãe... Mas, depois de Freud, quem lerá a passagem de Suetônio sem pensar em Édipo?... O próprio “complexo de Édipo” freudiano é, claro, uma releitura de Sófocles que afeta, no imaginário ocidental, o modo como agora lemos a antiga tragédia.

Desse modo, podemos concluir com Fowler que a leitura intertextual pode reverter o direcionamento das referências intertextuais, alternando-se em todos os direcionamentos possíveis: do modelo para o texto ou mesmo do texto para o modelo, o que se configura para os críticos, sobretudo para os filólogos, cujas análises estão eivadas de historicismo, como o pior dos horrores que tal teoria pode suscitar, como comenta Fowler. Ao considerar que uma referência textual pode ser analisada também como influenciando, modificando o modelo, o que pressupõe uma leitura (crono)logicamente inversa, do presente para o passado, a leitura intertextual se caracteriza por ser atemporal, pois transcende tal limite, e simultânea, por levarmos em conta que ambos os textos são passíveis de interpretação e se interpretam alternadamente, como propõe Barchiesi, e que tanto o texto de partida quanto o de chegada deixam rastros de si um no outro, seguindo a metáfora de Fowler.

Essa falta de direcionamento na leitura pode ser justificada pelo fato de que sempre partimos do que conhecemos, de nosso contexto histórico-cultural quando analisamos qualquer fato, seja ele literário ou não. Enfim, tudo com

<sup>50</sup> “No one familiar with Lacan, for instance, can read a text about mirrors or reflection (...) without seeing traces of the mirror stage left in the text, patent or latent, over or under erasure.”

que entramos em contato é afetado pela nossa percepção de mundo, no caso dos estudos literários, de nosso conhecimento prévio dos textos que compõem tal sistema. Como afirma Fowler,

Seria melhor admitir, o que parece mais do que óbvio, que nossas construções da Antiguidade são afetadas por histórias modernas: consequentemente, os rastros dessas teorias ficarão impregnados nos textos antigos quando os lermos, e esses rastros alterarão nossas leituras (p. 129).<sup>51</sup>

Desse modo, podemos concluir que o caráter atemporal e simultâneo das relações intertextuais é determinado pelo leitor, pois é ele quem põe em movimento o jogo alusivo. Ao traçar comparações, ele estabelece seu próprio caminho: parte do agora para o que veio antes e/ou vice-versa, por mais que ao caracterizar e apresentar sua(s) leitura(s) aos outros parta do passado para o presente, uma vez que a lógica científica não admite que algo que foi escrito depois deixe marcas, rastros no que foi produzido anteriormente. Assim, podemos dizer que o mecanismo intertextual é ativado de várias formas: do passado para o presente ou mesmo do presente para o passado, por mais que isto seja inconcebível para nosso raciocínio lógico. Entretanto, o hodierno afeta o olhar que o intérprete lança sobre a relação intertextual, pois seu contexto histórico-cultural deixa marcas no texto antigo, alterando sua leitura.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a intertextualidade é condição *sine qua non* da existência textual e o leitor, a condição *sine qua non* da significação de um texto. Um texto só se constitui como tal dentro do sistema de que faz parte, por isso ele é necessariamente alusivo e referencial, e seu significado só é estabelecido neste sistema a partir da interpretação de sua teia alusiva, proposta pelo intérprete no momento de sua leitura. Como a interpretação cabe ao leitor, temos uma grande quantidade de leituras possíveis (virtualmente, infinitas) para um dado texto, pois estas dependerão do conhecimento prévio do leitor do sistema literário em que aquele está inserido.

Insistindo um pouco mais na questão do caráter intertextual ineludível de todo texto, retomamos Kristeva quando ela aponta para o fato de esse se constituir como um “mosaico de citações”. De acordo com a estudiosa, todo texto é uma reelaboração, uma recriação de outro, o que significa dizer que todo texto só é entendido como tal por estar se confrontando com outros:

<sup>51</sup> “It would be better to admit what seems patently obvious, that our constructions of antiquity are affected by modern stories: and therefore that traces of those theories will be left in ancient texts as we read them, and will alter our readings.”

seja com relação ao conteúdo, seja pela sua estruturação que o caracteriza (escrever um poema pressupõe sua composição em versos, pois somente assim ele será visto e entendido como um poema, uma vez que estará de acordo com o sistema em que se insere;<sup>52</sup> isso também é observado em outros tipos de textos, como, por exemplo, uma manchete de jornal ou revista: essa deve estar destacada no alto da primeira página de ambos os veículos de informação, aludindo sucintamente à notícia mais importante de uma dada edição, para que possamos considerá-la uma manchete).

O mesmo ocorre com toda linguagem, da qual o texto é um aspecto; de acordo com Fowler, a intertextualidade é uma propriedade dessa e dos sistemas semióticos em geral, não só da literatura. Com isso, concluímos que todo texto, toda linguagem se constitui como a (re)compilação e recontextualização, consciente ou não, de estruturas e conteúdos já existentes; ambos se caracterizam como (e dentro de) um sistema de retomadas e ressignificações. Como se lê no versículo do Eclesiastes que é a epígrafe deste artigo, não há nada de novo sob o sol, tudo é recriação do antigo, tudo é uma reinvenção feita através de alusões ao que já existe.

Pensando na literatura antiga - tendo em vista que faz parte da tradição greco-latina a retomada de modelos preexistentes pelos escritores e que os latinos tinham consciência de que sua literatura apresentava um caráter “imitativo” - , podemos dizer que há uma arte alusiva específica na literatura latina, uma espécie de arte da composição, sobretudo a partir da poesia helenística, que sempre foi considerada pelos romanos modelo de (e por) excelência. A literatura latina é vista, desde os romanos, como de “segundo grau”, isto é, uma reelaboração criativa de formas e temas emprestados à cultura grega, considerada exemplar, paradigma de excelência” (VASCONCELLOS, 1996, p. 1). Tal processo criativo, designado *imitatio* pelos romanos, está na base da literatura latina e, podemos dizer, de toda literatura clássica, uma constante reelaboração de formas e temas já consagrados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCHIESI, A. (1997). Otto punti su una mappa dei naufragi. *Materiali e discussioni per l'analisi dei testi classici*, n. 39, pp. 209-226.
- CHARTIER, R. (1998) Figuras do autor. In: *A ordem dos livros*. Brasília, Editora da UnB.
- CONTE, G. B. (2012). Storia e system nella memoria dei poeti. In: *Memoria dei poeti e sistema letterario: Catullo Virgilio, Ovidio, Lucano*. Palermo: Sellerio.

<sup>52</sup> Porém, um movimento como o concretismo põe em cheque a noção tradicional de verso; de fato, a distinção entre verso e prosa é muito complexa (embora na Antiguidade, a métrica rígida distinguisse verso e prosa... mas não podemos tratar a questão aqui, nem é nosso propósito).

- FOUCAULT, M. (1969 [1992]). *O que é um autor?* Tradução de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Vega.
- FOUCAULT, M. (1970 [1993]). *A ordem do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. Campinas: UNICAMP (não publicado).
- FOWLER, D. (2000). On the shoulders of giants: intertextuality and classical studies. In: *Roman constructions. Readings in postmodern Latin*. Oxford: Oxford University.
- GENETTE, G. (1982). *Palimpsestes. La littérature au second degré*. Paris: Seuil.
- KRISTEVA, J. (1974). *Introdução à semiótica*. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva.
- PASQUALI, G. (1968). Arte alusiva. In: *Pagine stravaganti*, v. II. Firenze: Sansoni.
- PRATA, P. (2002). *O caráter intertextual dos "Tristes" de Ovídio: uma leitura intertextual do livro I*. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP.
- PRATA, P. (2005). Questões de autoria na Roma antiga. In: *Cadernos de qualificações*, n. 1, Campinas: IEL/Unicamp, pp. 221-235.
- PRATA, P. (2007). *O caráter intertextual dos "Tristes" de Ovídio: uma leitura dos elementos épicos virgilianos*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP.
- VASCONCELLOS, P. S. de (2001). *Efeitos intertextuais na Eneida de Virgílio*. São Paulo: Humanitas/Fapesp.

Recebido: 18/08/2017

Aceito: 22/09/2017